


UFRGS
EDITORA

estudos culturais em educação

 mídia  arquitetura
 brinquedo
 biologia  literatura
 cinema...



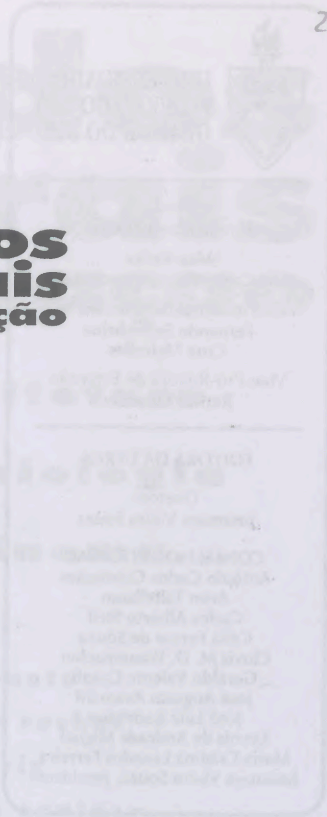
marisa vorraber costa
organizadora

segunda edição

Os estudos apresentados neste livro compõem um conjunto de análises culturais, desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, voltados para o exame da produtividade dos artefatos da cultura na constituição de identidades e subjetividades. Eles se inscrevem no panorama de uma perspectiva de pesquisa que se constituiu na segunda metade do século XX, denominada Estudos Culturais. A marca peculiar deste enfoque que nos tem ajudado a pensar as questões da educação e da pedagogia neste limiar de milênio é a centralidade da cultura, tomada não em perspectiva estética ou humanista, mas política. Isto quer dizer que não se trata de abordar a cultura no sentido estrito de acumulação de saberes ou de processo estético, intelectual e espiritual, mas de compreendê-la, como nos ensina o jamaicano Stuart Hall, a partir da enorme expansão de tudo que hoje está associado a ela, e do seu papel constitutivo em todos

ESTU
E83c
2.ed.

estudos culturais em educação



RESERVA TÉCNICA
Editora da UFRGS



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-Reitor de Extensão

**Fernando Setembrino
Cruz Meirelles**

Vice-Pró-Reitora de Extensão

Renita Klüsener

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Jusamara Vieira Souza

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Carlos Guimarães

Aron Taitelbaun

Carlos Alberto Steil

Célia Ferraz de Souza

Clovis M. D. Wannmacher

Geraldo Valente Canali

José Augusto Avancini

José Luiz Rodrigues

Lovoís de Andrade Miguel

Maria Cristina Leandro Ferreira

Jusamara Vieira Souza, presidente

Editora da UFRGS • Av. Paulo Gama, 110, 2º andar - Porto Alegre, RS - 90040-060 - Fone/fax (51) 3316-4090 - editora@ufrgs.br - www.editora.ufrgs.br • **Direção:** Jusamara Vieira Souza • **Editoração:** Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Carlos Batanoli Hallberg (bolsista), Fernando Piccinini Schmitt, Gabriela Carvalho Pinto (bolsista) e Luciane Santos de Souza (bolsista) • **Administração:** Najára Machado (coordenadora), José Pereira Brito Filho, Laerte Balbinot Dias e Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga; suporte administrativo: Ana Lucia Wagner, Jean Paulo da Silva Carvalho, João Batista de Souza Dias e Marcelo Wagner Scheleck • **Apoio:** Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

estudos culturais em educação

mídia † arquitetura

brinquedo † biologia

literatura † cinema...

alfredo veiga-neto

cristianne famer rocha

elí henn fabris

luís henrique dos santos

maria isabel bujes

marisa vorraber costa (org.)

marise basso amaral

norma regina marzola

rosa hessel silveira

segunda edição


UFRGS
EDITORA

RESERVA TÉCNICA
Editora da UFRGS

© dos autores
1ª edição: 2000

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Mônica Ballejo Canto
Editoração eletrônica: Jair Otharan Nunes

E82 Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... / organizado por Marisa Vorraber Costa; Alfredo Veiga-Neto... [et al.]. – 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Inclui referências.

1. Educação – Pedagogia. 2. Educação – Estudos culturais – Análises. 3. Educação – Magistério – Política cultural. 4. Estudos culturais – Mídia – Educação. 5. Estudos culturais – Arquitetura. 6. Estudos culturais – Literatura. 7. Estudos culturais – Educação infantil – Brinquedo. 8. Estudos culturais – Biologia. 9. Estudos culturais – Cinema. I. Costa, Marisa Vorraber. II. Veiga-Neto, Alfredo.

CDU 37.012(081.1):316.774
37.012(081.1):372
37.012(081.1):573
37.012(081.1):72
37.012(081.1):791.43
37.012(081.1):82

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(Ana Lucia Wagner – CRB 10/1396)

ISBN 85-7025-748-1

Nº de registro: 1042

Nº de obra: 386

Data: 11/12/2009

Mídia, magistério e política cultural

Marisa Vorraber Costa

Inúmeros críticos contemporâneos têm chamado a atenção para a centralidade dos artefatos da cultura na constituição de versões do mundo. Entre eles, Jameson (1996) se refere aos produtos culturais como *mercadorias* que colonizam tudo, da natureza ao inconsciente; Baudrillard (1983) nos fala de uma variedade atordoante de superfícies, signos culturais com vida própria, compondo uma hiper-realidade que nos inebria em um jogo de fascinação e publicidade no qual qualquer resistência é fútil e despreocupada; e Hall (1997) argumenta que os Estudos Culturais o ajudaram a compreender que a mídia tem uma função na constituição das coisas que ela reflete. Nesse quadro, parece oportuno e instigante investigar a pedagogia praticada por periódico de tão ampla circulação nos meios educacionais, como é o caso da revista *Nova Escola*.

Este estudo apresenta uma reflexão sobre as relações entre mídia e fabricação de identidades sociais, focalizando, especificamente, a produtividade de um artefato cultural da mídia impressa brasileira na constituição de um discurso sobre a profissão do magistério. A análise tem como referência uma pesquisa¹ cujo objeto de investi-

¹ Trata-se da pesquisa *Produzindo subjetividades femininas para a docência - um estudo da revista Nova Escola*, realizada juntamente com Rosa Hessel Silveira, no Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO), com o apoio da Fundação Carlos Chagas, da Fundação Ford e do CNPq, concluída em 1997.

gação é a revista *Nova Escola*,² o mais conhecido periódico dirigido ao segmento ocupacional do magistério.

O estudo se justifica, em primeiro lugar, porque chama nossa atenção à fecundidade das análises que, a partir do que tem sido denominado “virada lingüística”, examinam a produtividade dos discursos, dos textos, da linguagem na constituição de identidades sociais. Em segundo lugar, porque, em relação ao magistério, parece que alguns artefatos da mídia escrita (mas também da mídia falada, merecendo registro a incursão das novelas televisivas e do cinema por este campo) têm se mostrado intensamente produtivos na constituição de padrões e referências sociais — como é o exemplo dos livros didáticos e de revistas para docentes. Chama a atenção, ainda — especialmente no contexto ocidental contemporâneo em que importantes conquistas dos feminismos parecem ter atenuado, em alguns territórios, a discriminação relacionada a gênero —, a forma como setores da mídia têm investido, recentemente, na

² A revista *Nova Escola*, criada em 1986, é, seguramente, o mais conhecido periódico dirigido a um segmento ocupacional específico. Sua tiragem é muito grande, por um lado, devido à elevada demografia dos quadros do magistério e, por outro, devido às estratégias promocionais adotadas. A capacidade de inserção e aceitação deste produto deve-se, em parte, à forma inicial de distribuição e divulgação. Durante os primeiros cinco anos de sua criação, um convênio entre a Fundação Victor Civita e o Ministério da Educação (FAE) sustentava um contrato de assinatura de 300 mil exemplares, arcando com cerca de 70% de seu custo, para que ela fosse repassada gratuitamente às escolas públicas de todo o território nacional. Grande parte da distribuição do periódico ocorria através deste convênio e a restante se efetivava através de bancas de revistas e assinaturas. A partir de 1991, durante o governo Collor, o subsídio financeiro estatal foi retirado, dificultando a aquisição da revista pelas escolas. A partir de fins de 1992, FAE e Fundação Victor Civita voltaram a assinar um acordo, agora restrito ao envio de apenas um exemplar de *Nova Escola* às escolas urbanas. Graças ao impacto editorial dos anos anteriores — sustentado por sua forma de distribuição inicial — e às suas ligações com a Editora Abril, cujos produtos editoriais gozam de eficiente sistema de distribuição e divulgação, a revista vem garantindo sua fatia no mercado através da venda de seus exemplares em bancas e por meio de assinaturas. Face aos desafios mercadológicos, *Nova Escola* vem reformulando seu projeto editorial. Introduziu minuciosos artificios de diagramação aliados a uma grande variedade de ilustrações: fotos coloridas de pessoas, de cenas de sala de aula, de escolas ou de outros ambientes aludidos nas reportagens, desenhos ilustrativos, montagens, gráficos, quadros, mapas, vinhetas, etc. Produtos de consumo — geralmente objetos que fazem parte do aparato de influência esportiva consumido por crianças e jovens das classes médias, como tênis, mochilas, raquetes, roupas, etc. — têm aparecido na capa e na contra-capas para fins de *merchandising* e propaganda.

restauração e revalorização de algumas representações cristalizadas relativas à submissão e à docilidade feminina.³ Essa política cultural que tem como alvo as identidades incide de forma particularmente intensa em um campo ocupacional marcado por históricas vinculações com o gênero feminino — a docência.

Além disso, é preciso considerar o que vêm nos contando as inúmeras análises que, ao tratarem das complexas injunções presentes na profissionalização do magistério, fazem referência, reiteradamente, a um problema demográfico relacionado a gênero. Entre essas destaco Popkewitz (1987), Apple (1987 e 1988), Louro (1989), Lopes (1991), Costa (1995 e 1996), Costa e Silveira (1998). Não podemos esquecer que os jogos políticos e de poder implicados na profissionalização de carreiras ditas femininas são muito fortes. Ainda vivemos em uma sociedade elitista e discriminadora, tributária do patriarcado, em que protagonistas do gênero feminino, entre outros(as), são alvo de variados mecanismos de exclusão, constrangimento e coerção.

Assim, o objetivo deste trabalho é expor uma breve amostra de como a revista *Nova Escola* opera na fabricação de uma representação do magistério como ocupação feminina e no exercício de processos de subjetivação das professoras. Obviamente, disso decorrem consequências importantes e politicamente estratégicas para a educação, o ensino, o currículo e a política cultural.

Linguagem, poder e representação

Um dos pontos polêmicos das perspectivas pós-estruturalistas de análise é a centralidade atribuída à linguagem. Afirmarções como “não há nada fora do texto” ou “o sujeito é constituído na linguagem” têm apontado, recorrentemente, para o poder dos discursos na constituição daquilo que nas formas de pensar modernas, tem sido concebido como

³ Santomé (1995) analisa esta questão, chamando a atenção para a maneira como certos meios de comunicação, como o cinema, têm investido na masculinização da sociedade, celebrando a positividade de uma suposta natureza mais agressiva dos homens e exaltando, em relação às mulheres, atributos exclusivamente estéticos que as expõem como objeto de consumo associado ao apelo sexual.

“a realidade”. Nas concepções modernas, “a realidade” é algo que existe no mundo independentemente da consciência dos sujeitos, e que estes vão descobrir e nomear de forma a obter uma suposta perfeita adequação entre esse algo “realmente” existente e a idéia abstrata que lhe corresponderia — “a verdade”. O pós-estruturalismo faz implodir esta noção de um mundo real preexistente e dotado de uma essência, expondo-o como inteiramente constituído pela linguagem. Nessa direção, foram importantes as contribuições de filósofos como Nietzsche, Heidegger e Foucault. Tomo deste último a noção de verdade como um efeito produzido por relações de poder. A “verdade” ou a “realidade” são construções discursivas resultantes de epistemes situadas e datadas. Não há nada de transcendental aí. A verdade ou as verdades são coisas deste mundo, constituídas no seio de correlações de forças e de jogos de poder. Aquilo que chamamos de “verdade” é produzido na forma de discursos sobre as coisas do mundo, segundo regimes regidos pelo poder. Discurso⁴, aqui, não se refere exclusivamente a texto letrado; os discursos têm materialidade: artefatos e práticas também são discursos que nos contam algo.

Também a noção foucaultiana de “regimes de verdade” (Foucault, 1989) é fecunda para o argumento que desenvolvo nesta análise. De acordo com Gore (1994), a expressão — regimes de verdade — sugere uma concepção de “verdade” entendida como maneira de regular e controlar, e que não diz respeito apenas àqueles discursos que reputamos “dominantes” ou “dominadores”. Segundo a autora, todos os discursos são perigosos, pois “se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade” (p.10). Nesta análise, tomo a textualidade da revista *Nova Escola* e os recursos e estratégias discursivas que utiliza como um regime de verdade que produz uma narrativa sobre o trabalho docente, narrativa esta que naturaliza e fortalece as conexões entre a docência e o gênero feminino.

⁴ Emprego o termo *discurso* na acepção foucaultiana, como aquilo que emerge enquanto linguagem, a partir de uma *episteme*; como conjunto de enunciados que se apoiam em formações discursivas, que são definidos em um determinado quadro de condições de existência; como práticas que falam sistematicamente dos objetos sobre os quais tratam ou agem, como “prática que institui verdades”.

Emprego, freqüentemente, neste texto, os conceitos de discurso, linguagem e narrativa com sentido similar, significando instâncias instituídas de representações,⁵ de significados que vigoram e têm efeitos de verdade. Segundo Foucault, as narrativas constituem o aparato de conhecimentos/saberes produzidos pela modernidade com a finalidade de tornar administráveis os objetos sobre os quais falam. Conhecer o que deve ser governado é parte da estratégia que permite a regulação e o controle dos indivíduos e das populações que habitam os núcleos urbanos das sociedades organizadas. Tornar-se cidadão, nesse sentido, é fazer-se parte integrante de um *corpus* governável porque disciplinado,⁶ regulado e normalizado por saberes que dispõem sobre seus modos de ser e de agir. Quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo uma “realidade”, instituindo algo como existente de tal ou qual forma. Neste caso, quem tem o poder de narrar o outro, dizendo como está constituído, como funciona, que atributos possui, é quem dá as cartas da representação, ou seja, é quem estabelece o que tem ou não tem estatuto de “realidade”. Essa concepção dissipa a noção corrente de representação como simples correspondência a uma “realidade verdadeira”. Não há realidade intrinsecamente verdadeira, pois os enunciados tomados como verdades são construídos discursivamente segundo um regime ditado por relações de poder. Representar é produzir significados segundo um jogo de correlação de forças no qual grupos mais poderosos — seja pela posição política e geográfica que ocupam, seja pela língua que falam, seja pelas riquezas materiais ou simbólicas que concentram e distribuem, ou por alguma outra prerrogativa — atribuem significado aos demais e, além disso, impõem a estes seus significados sobre “outros” grupos.

Essa política da representação, ou seja, essa disputa por narrar o outro, tomando a si próprio como referência, como padrão de correção e

⁵ Entendo por *representações* noções que se estabelecem discursivamente, instituindo significados segundo critérios de validade e legitimidade vinculados a relações de poder. As representações não são fixas e em suas transformações não expressam aproximação a um suposto “correto”, “verdadeiro”, “melhor”.

⁶ Uma análise interessante sobre *as disciplinas* — como campos disciplinares de conhecimento — e suas aproximações com a *disciplina* — como controle/governo/regulação do corpo e da conduta moral — pode ser encontrada na tese de Veiga-Neto (1996), intitulada *A ordem das disciplinas*.

normalidade é a forma ou o regime de verdade em que são constituídos os saberes que fomos ensinados a acolher como “verdadeiros”, como “universais”. Estes saberes são práticas, reguladoras e reguladas, ao mesmo tempo produzidas e produtivas. São discursos que constituem os sujeitos ao mesmo tempo em que fabricam sua identidade social, controlam e regulam sua subjetividade.

Na pesquisa que realizei, as práticas discursivas da revista *Nova Escola* foram minuciosamente examinadas na sua materialidade, ou seja, procuramos investigar a forma como a revista opera e as tecnologias sociais que utiliza, empregando os recursos de que dispõe como um artefato da grande mídia impressa. A seguir, passo a apresentar e discutir alguns elementos analisados ao realizar esta tarefa naquela pesquisa.

Nova Escola e práticas de subjetivação

Como artefato cultural que ocupa um lugar singular do social, articulando múltiplos discursos e acionando uma política de identidade que diz respeito, especialmente, a relações de gênero, a revista examinada constitui um sítio de exercício do poder. Nesse caso específico, trata-se de práticas que empregam técnicas de subjetivação que integram as tecnologias sociais, produzindo o gênero como representação e como auto-representação. É nesse sentido que a mídia pode ser entendida como um campo discursivo constituído por conjuntos heterogêneos de enunciados, demarcado por formas próprias de regularidade e por sistemas de coerção e subordinação que se exercitam e possuem materialidade. Especialmente em relação à revista *Nova Escola*, não se trata de palavras e imagens apenas, mas de um conjunto de perspectivas, métodos e “verdades”, organizados e colocados à disposição, constituindo práticas com propriedades prescritivas, moldadoras e fixadoras. Estou falando de um sítio em que textos escritos e todo o tipo de imagens, cores, formas e texturas, combinados entre si, divulgam, reforçam, alimentam, produzem representações, constituindo terreno de luta em uma política de identidade que implica como as professoras e os professores estão sendo nomeadas(os), posicionadas(os), desejadas(os) e descritas(os), e em quais textos e termos de referência isto se verifica (Luke, s/d).

No caso da *Nova Escola*, ao destacar e reverenciar certos modos de ser das professoras e dos professores, prescrever fórmulas de trabalho, definir o que é o certo e o errado quando se trata da seleção de conteúdos, de condutas em sala de aula ou em relação à profissão ou à sociedade, etc., a revista vai colocando em prática uma cadeia de validação de enunciados que acaba por produzir, com regularidade e suposta legitimidade, um padrão social de referência — ou, como diria Kellner (1995), “posições de sujeito desejáveis” —, que discrimina o “normal” e o aceitável do “anormal”. Apesar de parcial, arbitrário e politicamente comprometido, tal padrão tende a ser exposto como universal e verdadeiro, produzindo todos os efeitos possíveis em uma tradição cultural edificada sobre o desejo utópico da perfeição e do ideal. Seguindo a reflexão de Díaz (1998), poderíamos dizer que a “voz” da Revista não é a de um falante autônomo, mas é algo que se constitui e é assumido

a partir de uma ordem, a partir de um sistema de produção do discurso, a partir de princípios de controle, seleção e exclusão que atuam sobre suas (re)produções de significados e sobre suas práticas específicas. (Díaz, 1998, p.15)

Estou me referindo, aqui, a relações de poder, mas que se exercem de uma forma muito especial, fazendo dos indivíduos “sujeitos”. Foucault (1995) apresenta dois significados para a palavra sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.” (p.235). Foucault também desvincula o poder de uma associação intrínseca com a violência ou com a renúncia a uma liberdade. O exercício do poder pode suscitar tanto aceitação quanto resistência.

Nessa concepção, o poder é menos da ordem do afrontamento e da violência e mais da ordem do governo; diz respeito à direção da conduta dos indivíduos ou grupos:

governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. (...) Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. (Foucault, 1995, p.244)

É pela ação, a qual os discursos nos incitam, que exercemos o governo de nós mesmos, tornando-nos agentes de nossa própria sujeição. A influência da mídia sobre nós não se reveste de nenhuma forma de violência, pelo contrário, ela é, na maioria das vezes, prazerosa, contando com nossa adesão. Essa internalização do discurso pelos indivíduos, assumindo-o como seu, constitui uma disciplina não coercitiva, que integra o conjunto de procedimentos denominado por Foucault (1995) de “tecnologias do eu”.

É assim que, quando freqüentam com regularidade e familiarmente as páginas da revista *Nova Escola*, interagindo com suas vinhetas, manchetes, ilustrações, textos, legendas, cartas, etc., professoras e professores vão participando de uma estratégia de governo que estrutura seu campo de ação, produzindo uma forma de sujeição, de subjetivação.

Um dos tipos de estratégia de governo utilizada pela mídia é a de articular, de forma minuciosa, mecanismos de autolegitimação que a credenciam diante de seus interlocutores e interlocutoras como autoridade na formulação de discursos válidos. Em uma das matérias da *Nova Escola*, quando trata da Chapada Diamantina (n.85, p.40), por exemplo, toda a importância e a beleza natural do local são como que “descobertas” pelo olhar que atravessa a lente da câmera do fotógrafo e “institui” a região como um sítio geográfico com predicados que nunca antes teriam sido percebidos. Como se todos os olhares precedentes não tivessem divido nada além de morros, pedra e mato sem nenhum atrativo. Além disso, não é difícil acompanhar, pois trata-se de estratégia que permeia as várias edições, a forma como vai sendo urdida uma representação do periódico apresentando-o como veículo do novo, do válido, da inovação, da competência. Chamadas como “*Nova Escola* é o braço direito do professor” ou “para você acompanhar as mudanças em todas as áreas, nada melhor do que contar com *Nova Escola*”, bem como frases do tipo “com a participação de professores de todas as partes do país, a revista amplia os horizontes e se aproxima mais dos problemas e da realidade da educação brasileira” — constantes de folhetos de divulgação encartados na revista — vão tornando incontestáveis as “verdades” disseminadas por suas páginas. Quem ousaria discordar dos(as) especialistas que formulam suas sábias e contenciosas explicações, a convite da revista ou por solicitação dos(as) próprios(as) leitores(as), diante do anúncio “Elaborada e assessorada pelos profissionais mais competentes”?

Fischer (1996), ao comentar sua pesquisa em que investigou a construção de um discurso sobre a adolescência, pela mídia brasileira, observou esta mesma estratégia. A autora ressalta que a mídia invoca a palavra de autoridades científicas para orientar os(as) adolescentes e para credenciar suas prescrições, mas, observa Fischer, “ela elege seus especialistas preferidos” (p.53).

Outra estratégia que integra as tecnologias sociais de governo que produzem a subjetivação é a da imputação da carência ou déficit. Walkerdine (1995) nos ajuda a compreender isso com seu argumento de que as defasagens ou lacunas atribuídas a certos indivíduos ou grupos são frequentemente descritas como uma deficiência que diz respeito à carência de racionalidade. A vitalidade argumentativa de algumas teorias que formulam concepções sobre como se dá o desenvolvimento “normal” da inteligência e da personalidade, por exemplo, criando “padrões universais” a partir de determinados grupos privilegiados, tem naturalizado estas noções e patologizado tudo que aí não se encaixa. Isso tem implicações profundas nos processos de subjetivação e na política da identidade. A regulação e a coordenação das ações de certos indivíduos ou grupos têm se efetivado exatamente sobre a suposição de que sofrem de carências no campo do raciocínio, o que justifica, ao mesmo tempo, seus déficits de autonomia, socialização, etc. e a conseqüente necessidade de “correção” e suprimento. Essa estratégia de imputação do déficit tem sido particularmente eficaz na fixação das identidades de gênero.

Embora lado a lado na mesma profissão, homens e mulheres são atingidos diferentemente nesta política da identidade. Apesar de sujeitos à mesma ação subjetivadora e construtiva das narrativas, os homens ocupam outra posição na política da representação, sendo, recorrentemente, vinculados à esfera do público, do visível, da racionalidade, da objetividade, etc. Na revista *Nova Escola*, as fotos e reportagens envolvendo professores (do sexo masculino) — bem menos numerosas do que as de professoras — apresentam as imagens destes predominantemente associadas ao mundo exterior à escola e à sala de aula, em geral ligadas ao uso da tecnologia, à idéia de ordem e diretividade, a posturas grandiloqüentes e a espaços teóricos e decisórios de reconhecida relevância social. As professoras, por sua vez, são descritas, em muitas matérias, empregando-se mecanismos discursivos que contribuem para fortalecer o vínculo entre gênero feminino e déficit de raciocínio. Uma reportagem

que tratava de computadores na escola, por exemplo, lança mão, ao desenvolver o tema, de inúmeras analogias entre computadores e utensílios domésticos, numa visível alusão à idéia de que para se tornar compreensível para professoras era preciso simplificar a explicação de seu funcionamento, de preferência, adicionando muitos elementos do que lhes é próximo, familiar, concreto. Nada de grandes exigências que requeiram o domínio do pensamento abstrato. Mas este é apenas um exemplo de mecanismos discursivos que tornam problemáticas as relações entre mulheres e capacidade de raciocínio. Mais recorrentes e produtivas nesta direção são as conexões entre magistério e afetividade o que, em uma ordem social regida por regras, critérios e normas edificadas e mantidas sob o signo da racionalidade técnico-científica, situa a ocupação em um desprotegido e desvalorizado patamar social.

O magistério do ensino fundamental, campo profissional maciçamente povoado por mulheres, tem sido pródigo na fabricação de representações que capturam as professoras em uma certa “ordem do coração”,⁷ oposta à “ordem da razão”, e que tem contribuído para fortalecer as associações entre gênero feminino e déficits de raciocínio. Colocar em evidência a afetividade no ensino pode ter um importante significado na política cultural da identidade, naturalizando os vínculos entre gênero feminino e atributos como sensibilidade, ternura, docilidade, paciência e coadjuvação e, assim, contribuindo para manter representações que dissociam as mulheres dos assuntos públicos e das instâncias que detêm o controle social.

A pesquisa indicou que nos movemos num território em que tanto textos escritos quanto imagens são campos de luta e de prática de uma política de representação. No quadro composto por uma certa economia do simbólico é que se vão produzindo as identidades. As subjetividades assim construídas não são fixas, unitárias e singulares. Elas estão sempre em jogo, são feitas e refeitas em negociações que as reposicionam

⁷ Segundo Mattelart (citado por Fontcuberta, 1994) a “ordem do coração”, culturalmente situada na esfera do humano extratemporal e associal, instituiria uma ordem paralela à ordem social, contribuindo para manter uma harmonia fictícia e reabsorvendo a disparidade social. Assim, alimentaria a imagem de uma sociedade ideal na qual se invertem as correlações de forças e se difunde um saber onipotente, chave do amor e da felicidade, que subverte as regras vigentes: ser rico em amor vale mais que o dinheiro, ser feliz em uma cabana é melhor do que viver num palácio sem afeto.

no discurso e as reconstituem em novas composições. Como estão, então, posicionadas as professoras nessa economia do simbólico?

Nova Escola, magistério e mundo feminino

Em uma interessante pesquisa histórica intitulada *Mulheres de papel*, que analisa a representação da mulher na imprensa feminina brasileira, Buitoni (1981) chama a atenção, entre outras coisas, para como o “ser mulher” é apresentado como natural e portador de uma essência, salientado por expressões como “O eterno feminino sempre foi assim” (p.6), e para o fato de a mulher aparecer, “metafórica e metonimicamente, ligada aos seus papéis básicos: dona-de-casa, esposa, mãe” (p.135). Passados quase vinte anos do referido estudo, muito desse quadro permanece inalterado e, como a própria autora já alertava, a imagem de mulher que a imprensa feminina insiste em apresentar inclui poucos elementos de inovação. Em relação a esse ponto, Buitoni diz, ao analisar um texto publicado na revista *Nova*,⁸ na década de 80, que “por mais que esta revista publique artigos sobre libertação e maior conscientização da mulher, nas páginas restantes — e na maioria delas — desmente as atitudes inovadoras apresentadas” (p.114). A autora aponta também para o caráter conservador de padrões adotado pela imprensa feminina, e para a exacerbação de uma retórica de convencimento que impõe diretrizes de conduta na forma de um receituário: “Tudo vira receita de como se deve fazer para ser o modelo de mulher apresentado” (p.126-127).

Alusões a um trabalho sobre a imprensa feminina, quando estamos tratando de uma revista dirigida a docentes, são invocadas, em primeiro lugar, porque o magistério é hoje uma atividade quase totalmente feminizada, e uma revista que se dirija ao professorado estará voltada, necessariamente, a um contingente majoritariamente composto por mulheres, acionando mecanismos e políticas de representação similares aos utilizados pela imprensa feminina.⁹ Em segundo lugar, e associada a esta

⁸ Conhecida revista feminina da Editora Abril, ainda em circulação.

⁹ Tal conduta foi confirmada pelo editor da *Nova Escola*, em entrevista realizada em 1996, quando nos apontou para o fato de que esta revista era detentora do maior público leitor feminino dentre os periódicos da Editora Abril, suplantando, inclusive, os índices de venda de revistas femininas como *Capricho*, *Claudia*, etc. Diante disso, segundo ele, a revista passara a receber tratamento editorial diferenciado, especial para leitoras mulheres.

primeira justificativa, está a semelhança das estratégias de produção de subjetividades que são colocadas em prática nesses veículos.

Embora esteja sendo desconstruída (especialmente pelos movimentos feministas) a representação de mulher calcada, entre outras coisas, no estereótipo da fragilidade, sensibilidade, afetividade, etc.; e inúmeros campos de atuação povoados pelas mulheres estejam registrando a emergência de um outro referencial representativo, no qual elas têm se apresentado como lutadoras, intrépidas, fortes, corajosas¹⁰ e objetivas, essa nova imagem, em nosso meio, parece não estar encontrando muitos espaços disponíveis e favoráveis à sua disseminação. As mulheres estariam capturadas numa certa “funcionalidade social do estereótipo” que opera como uma forma de controle social, como “prisões de imagem” (Walker, citado por Stam e Shohat, 1995). Parece que a representação da mulher como guardiã das funções sociais reprodutivas persiste ainda com muita vitalidade. Edificada com forte apelo a argumentos de caráter essencialista — que atribuem à suposta “natureza” feminina a vocação para a maternagem e para aquelas atividades que segundo a classificação de Bourdieu (1995)¹¹ situam as mulheres no lado do interior, do úmido, do baixo, do curvo, do contínuo, o que as relacionaria ao que é privado, escondido, invisível — tal representação tem sido socialmente preservada sob a proteção de padrões culturais sustentados, ainda, pela lógica patriarcal.

Nova Escola se enquadra no panorama desse referencial simbólico cristalizado, no qual a profissão do magistério, como trabalho exercido por pessoas do gênero feminino, recebe um tratamento similar àquele dispensado pelos artefatos da comunicação dirigidos especialmente às mulheres. Nesse sentido, Fontcuberta (1994) ressalta que estes constroem um discurso sobre a vida privada, distinguindo-se dos artefatos de comunicação em geral que se dirigem à vida pública. Argumenta a auto-

¹⁰ Um exemplo disso pode ser encontrado na pesquisa de Costa (1995), em que o grupo de professoras de uma escola situada em zona de periferia urbana, freqüentemente implicado em conflitos em defesa de estudantes e em lutas políticas por melhores condições de trabalho, se autodenomina *as guerreiras*.

¹¹ Apresentada, inclusive de forma gráfica, no ensaio *A dominação masculina*, cuja primeira versão em língua portuguesa foi publicada na revista *Educação & Realidade* (cf. ref. bibliog.)

ra que, desde o ponto de vista das mulheres, a esfera privada é um lugar ambivalente de controle e sujeição em que, durante séculos, permaneceram reclusas e impedidas de assumir um papel público destacado.

Em *Nova Escola*, a disposição diferenciada de professoras e professores nos mundos público e privado, seja em matérias, fotos, ilustrações, seções de humor, de cartas, etc., constitui uma evidência da perspectiva distinta em que homens e mulheres estão posicionados na política cultural da identidade. Enquanto os professores são apresentados como habitantes “naturais” dos espaços públicos — museus, teatros, bosques, canchas esportivas —, as professoras, por sua vez, são expostas, predominantemente, em ambientes escolares internos — sala de aula, biblioteca, gabinetes e outras dependências — estando, invariavelmente, envolvidas muito proximamente com crianças. Além disso, em uma sessão intitulada *Obrigado(a) professor(a)*, que inclui sempre uma foto de quem agradece e/ou é alvo do agradecimento, constata-se essa distinção em relação a pontos interessantes. As descrições dos(as) homenageados(as) constantes das legendas que circundam as fotos, ao referir-se a professoras, invariavelmente fornecem dados sobre sua vida pessoal — “mora com parentes”, “vive com a família”, “é solteira”, “casada”, “tem netos”. Quanto aos professores homens lembrados, de nenhum deles é oferecida qualquer informação relativa à vida familiar ou privada.

A esse respeito, Michelle Perrot (1988) tem argumentado que impelir as pessoas à esfera do privado é uma tentativa de diminuir seu poder na incursão sobre os assuntos públicos, reduzindo sua participação no controle social. Corrobora esta asserção o fato de que nos textos escritos desta seção observa-se uma diferença substantiva em relação aos atributos que são destacados em relação aos dois gêneros. Os professores são reiteradamente lembrados como “rigorosos, exigentes, fascinantes”, enquanto às professoras reserva-se atributos como “paciência, dedicação, compreensão, afeto e aconchego”.

Neste particular, quando observamos as fotos reproduzidas em *Nova Escola*, percebemos que elas parecem acionar dois quadros referenciais distintos na articulação de uma política de identidade relacionada a gênero. Se observarmos o conjunto de fotos de professoras, perceberemos que elas se encontram fisicamente muito próximas de seus alunos e alunas, freqüentemente tocando-os(as), tendo-as(os) ao colo, outras vezes apontando, ouvindo, abraçando ou sendo abraçadas, dirigindo a mão na

escrita, brincando, olhando atenta e carinhosamente, ouvindo e lendo histórias, vestindo, ajudando, enfim, de diferentes formas, estabelecendo vínculos empáticos e afetivos. Se compararmos este primeiro conjunto ao de fotos de professores do sexo masculino, constataremos uma significativa diferença em relação às situações em que são fotografados. Além de as fotos de homens serem bem menos numerosas — o que é plenamente explicável por sua reduzida presença, hoje, nos quadros do magistério do ensino fundamental — aquelas em que estão postados fisicamente próximos ou tocando os(as) estudantes são muito raras. É evidente que tais representações se articulam àquelas ainda predominantes em nossa cultura quanto às possibilidades consideradas “masculinas” da expressão do afeto, e segundo as quais os homens seriam, por natureza, dotados de maior capacidade de controle de suas emoções. Essa capacidade, justamente, é que os colocaria em uma posição privilegiada no terreno da racionalidade.

É nessa direção que segue nossa argumentação sobre a participação da revista no processo de subjetivação das professoras e na constituição da identidade feminina da profissão docente. Como campo povoado pelas mulheres, o magistério está também situado em uma posição desfavorecida no jogo de correlação de forças social em que o elemento privilegiado é sempre o hegemônico e paradigmático mundo masculino. Assim, por uma questão demográfica de gênero — que por conjunturas socioculturais está também associada a classe social — a docência se encaixa em uma posição social subalterna, situação hierárquica que tende a se exacerbar se levarmos em conta o atual panorama político caracterizado pela investida neoliberal de inspiração conservadora, que traz consigo a tentativa de restauração de padrões e condutas sociais que já considerávamos descartados.

Entre os vários pontos que aproximam a revista para docentes que examinamos e as revistas femininas apresentadas por Buitoni (1981) está, ainda, a opção pelo receituário. Assim como as revistas femininas prescrevem, com o verbo conjugado no imperativo, fórmulas de beleza, elegância e bem viver, a revista *Nova Escola* fornece receitas para o trabalho do ensino. Não há, neste caso, nenhuma preocupação em camuflar este caráter prescritivo e, em tempos mais recentes, o anúncio da existência de *receitas* aparece inclusive em chamadas de capa — *Uma receita de informatização para sua escola* (n.90, dez. 1995) — circundadas

por numerosas frases com efeito equivalente, como, por exemplo “Explique simetria com espelhos e decalques” (n.99, dez.1996), “Use sucata com a técnica do alinhavo” (n.95, ago. 1996) ou “Como aliviar a tensão da chegada à quinta série” (n.99, dez.1996).¹² Pratica-se, assim, uma pedagogia.

O acento pedagógico-prescritivo, contudo, parece ser privativo de revistas femininas e daquelas dirigidas a docentes do ensino fundamental, revelando uma conduta distinta da adotada em periódicos direcionados a outros segmentos ocupacionais. Quem ousaria opinar sobre como os médicos devem realizar seu trabalho, dar sugestões técnicas a engenheiros ou conselhos a advogados? Certamente ninguém. Se em relação a estas profissões isto é raro em situações coloquiais, é praticamente inusitado em veículos impressos.¹³ Entre outras justificativas, uma seria certamente de redobrada importância: o campo profissional. Profissionais possuem um espaço de atuação demarcado, restrito e privativo, preservado por códigos próprios que excluem qualquer possibilidade de interferência de “profanos”. Já em relação ao magistério e outras ocupações femininas isto não acontece.

Especificamente em relação ao magistério, a estratégia da revista torna-se mais problemática na medida em que não apenas são prescritas receitas e sugestões na forma imperativa, mas tal conduta decorre, fre-

¹² É interessante observar, nestas e em muitas outras frases, dentre as muitas sugestões, conselhos e prescrições que aparecem nas capas da revista, a presença de palavras de fácil associação com o universo simbólico feminino como, por exemplo: *espelhos, alinhavo, receita, etc.*

¹³ Impelidas pela curiosidade, ao realizar a pesquisa, manuseamos alguns jornais e revistas que circulam em outros campos profissionais, bem como conversamos com alguns de seus representantes — uma médica, uma arquiteta e um engenheiro. Constatamos que para essas áreas de atuação, pelo menos em nosso meio, não há veículos impressos de grande circulação — similar à *Nova Escola* — com a finalidade de transmitir orientações técnicas e/ou científicas. O que existe são órgãos de divulgação de produtos e processos tecnológicos, com objetivos de comercialização, como é o caso da apresentação de medicamentos e equipamentos, na medicina, e de materiais para construção, decoração e demais instalações, na arquitetura; ou periódicos produzidos por organizações corporativas, como associações ou conselhos profissionais, que apresentam e debatem questões específicas das categorias, com caráter informativo. Embora concordemos com Kellner (1995), quando afirma que a própria publicidade é uma pedagogia, entendemos que há distinção entre a pedagogia prescritiva praticada pela *Nova Escola* e as sutis pedagogias da sedução para o consumo praticadas por outros veículos.

qüentemente, de uma ampla e minuciosa exposição de incorreções, inadequações e incompetência dos(as) docentes na execução de tarefas inerentes ao seu trabalho e à sua formação, o que nos remete à estratégia da imputação da carência, mencionada anteriormente, como parte integrante das práticas de subjetivação. Tal invocação de “deficiências”, ocorrendo em relação a outros domínios, seria inaceitável e rotulada de anti-ética, podendo, inclusive, dar origem a acirrados debates com a mobilização da opinião pública em defesa da legitimidade da manutenção de redutos privados do saber. Por que isso não acontece em relação ao magistério do ensino fundamental, mesmo em uma época em que a maioria das professoras e professores já é detentora de uma formação especializada? Nossa suposição é que profissões feminizadas são alvo de discriminações — menor remuneração, menor valorização social, maior controle e direção exercidos sobre seu processo de trabalho — que pressionam seus agentes a manter-se em posições sociais com menor projeção e sujeitas a determinações que têm origem dentro e fora de seu âmbito de ação. Ser homem ou mulher é o corolário de uma produção social em que estão imbricadas relações de poder nas quais diferenças geram hierarquia e desigualdade. Scott (1990) nos ajuda a compreender que o ser “feminino” ou “masculino” advém de posições distintas no mundo, das quais decorrem diferenças de poder. E é certamente apropriado supor que o atual recrudescimento de propostas que sugerem simplificação na formação especializada para a docência tenha sua inspiração no discurso do neoliberalismo e em seu entorno conservador, cuja retórica de igualdade de direitos e oportunidades não consegue dissimular seu comprometimento com uma interessada política de gênero que se articula contra as históricas reivindicações das mulheres, tentando mantê-las cativas das “prisões de imagem” de que nos fala Alice Walker (1989).

Cultura e educação — reinventando o hoje

Ao concluir a leitura de um ensaio em que se anunciou percorrer as páginas de um periódico para mostrar como sua narrativa está implicada em processos de subjetivação e na constituição de representações que fabricam identidades, muitos leitores e leitoras poderiam perguntar sobre as repercussões de um estudo como este para as graves questões

educacionais que nos afligem. Minha resposta seria simples: talvez o que ele traga de contribuição seja apenas o fato de que olhar para o magistério e para a cultura como espaços da nossa captura e sujeição possa tornar-nos mais humildes e receptivos para tentar compreender aquilo que nos circunda, nos constitui e nos aprisiona irrecorrivelmente. Talvez isso nos ajude a descartar sonhos de onipotência e onisciência, legados de um sujeito moderno que nos (com)formou em uma trajetória em que só prosseguir era possível, jamais retornar ou, simplesmente, vaguear. Talvez perambular pelos fragmentos de subjetividades onipotentes nos permita pensar em um mundo que existe aqui, e não lá, que pulsa hoje, quem sabe amanhã, mas que nos desafia a viver o presente, a praticar a solidariedade nas pequenas lutas de cada dia, agora e não apenas num futuro que só existe na nossa imaginação. Nosso grande desafio é o hoje. Em meio a tudo aquilo que nos captura e institui, é neste tempo e neste espaço que precisamos inventar histórias de igualdade. O mundo é um texto e nele é preciso inscrever ainda muitas histórias sobre as identidades.

Referências bibliográficas

- APPLE, Michael W. É impossível entender a escola sem uma teoria da divisão sexual do trabalho. *Educação & Realidade*, v.11, n.2, jul/dez., 1986. Entrevista.
- _____. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.60, fev. 1987.
- _____. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e da ideologia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, fev. 1988.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulations*. Nova York: Semi-text, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, 1995.
- BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel*. São Paulo: Loyola, 1981.
- COSTA, Marisa Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- _____. *Gênero, profissionalismo e formação docente: complexas conexões*. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. *Anais*. Florianópolis, 1996.
- COSTA, Marisa V.; SILVEIRA, Rosa H. A revista Nova Escola e a constituição de identidades femininas. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC/Editora 34, 1998.

- DIAZ, Mario. Foucault, docentes e discursos pedagógicos. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Liberdades reguladas. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FCC — FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Avaliação da Revista *Nova Escola*: desencontros numa tentativa de comunicação entre professores. São Paulo, 1989. (Mimeo.)
- FISCHER, Rosa Maria B. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, Marisa C. V. (Org.). *Caminhos investigativos - novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- _____. *Adolescência em discurso. Mídia e produção de subjetividade*. PPGEDU/UFRGS, 1996. (Tese de doutorado.)
- FONTCUBERTA, Mar de. Imagen, mujer y medios. In: VILANOVA, Mercedes (Comp.) *Pensar las diferencias*. Barcelona: PPU, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio: Forense, 1980.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Tecnologias del yo*. Barcelona: Paidós, 1995.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GORE, Jennifer M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz T. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HALL, Stuart. Race, culture, and communications: looking backward and forward at cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies?* London: Arnold, 1997.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOPES, Eliane Marta T. A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.4, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.14, n.2, jul./dez. 1989.
- LUKE, Allan. Text and discourse in education: an introduction to critical discourse analysis. *Review of Research in Education*, n.21, p.3-48
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- POPKEWITZ, Thomas S. Ideology and social formation in teacher education. In: _____. (Ed.) *Critical studies in teacher education: its folklore, theory and practice*. London: The Falmer Press, 1987.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n.2, jul./dez. 1990.
- SILVA, Tomaz T. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: _____. *Alienígenas na sala de aula*. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.
- STAM, Robert; SHOHAT, Ella. Estereótipo, realismo e representação racial. *Imagens*, Campinas, n.5, ago./dez. 1995.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Governabilidade ou governamentalidade?* Porto Alegre, INTERNET. <http://www.ufrgs.br/faced/alfredo/>
- _____. *A ordem das disciplinas*. Faculdade de Educação - UFRGS. Porto Alegre, 1996. (Tese de doutorado.)
- WALKER, Alice. *Prisoners of image: ethnic and gender stereotypes*. New York: Alternative Museum, 1989.
- WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

Revistas, jornais e outros periódicos consultados

- Arquitetura & Decoração*, v.11, n.3, mar. 1995.
- Arquitetura & Interiores: o jornal do arquiteto*, v.II, n.13, jan. 1997.
- Jornal Brasileiro de Medicina - JBM*, v.70, n.4, abr. 1996.
- Jornal do CREA/RS*, v.5, n.19, jan.fev. 1997.
- Nova Escola*, São Paulo: Fundação Victor Civita, n.37 a 99, 1990 a 1996.
- O Engenheiro: Jornal do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul (SENGE/RS)*, n.67, jan. 1997.

Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no GT Educação e Comunicação, na 21ª Reunião Anual da ANPED, em Caxambu, MG, em setembro de 1998.